



Coronel António José Pereira da Costa\*



“Guerra subversiva é uma luta conduzida no interior de um território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção”.

(in O Exército na Guerra Subversiva<sup>1</sup>)

A propósito do programa passado na RTP, com o título deste artigo ocorreu-me a realização de uma análise de certas características das Campanhas de África 1961-74.

Não considero uma questão crucial o nome que se deu à “guerra”. Colonial, para os que não a apoiavam e contestavam, do Ultramar, para os que a aceitavam e pareciam fazê-la com certo empenho, de África, para os que, hoje, pretendem criar um meio-termo sem hostilizar ninguém, cada um poderá dar-lhe o nome que quiser, sendo certo que o fenómeno de que falamos é o mesmo. A designação que acima uso está relacionada com aquilo que entendo que ela foi

de facto: um prolongamento da instabilidade que sempre terá caracterizado o ultramar português (províncias ou colónias) e, porventura as possessões de todos os outros países europeus. A expressão “Campanhas de África 1961-74” pretende apenas distingui-las das campanhas que tiveram lugar no fim do Séc. XIX e início do Séc. XX. Relembro que, sabendo do que se fala, o nome não acrescenta nem diminui nada às características de qualquer fenómeno histórico. Não consta que, alguma vez, os dirigentes políticos ou militares que se decidiram pela realização de uma qualquer guerra, tenham perdido o sono a pensar no nome que lhe



dariam ou no nome com que ela iria passar à História.

Resolvida a questão do nome da guerra, passaria a dar o meu contributo para analisar o que ela foi na sua essência. Para tal, socorrer-me-ia da definição de “Guerra Subversiva”, que o Exército Português adoptou na altura e que ainda hoje se mantém plenamente aplicável.

Começo por considerar muito relevante que, de acordo com a definição regulamentar, a Guerra Subversiva é uma luta, quando, como o nome indica, seria normal que fosse apontada como um tipo de guerra, como vários há, e que o manual, poucas páginas à frente, se apressa a enumerar e a caracterizar sumariamente. O recurso ao dicionário permitirá verificar a diferença subtil, mas clara, entre um termo e outro. Na nossa História, até se registam as “Lutas Liberais”, uma feroz guerra civil em cuja designação a palavra “luta” aparece no plural. É muito provável

que, quem estabeleceu a definição, quisesse sublinhar, logo à partida, uma das características da guerra subversiva, situando-a fora da área da guerra entendida como choque entre países ou alianças, através dos respectivos exércitos, colocando-a antes na área da luta política e social, logo por inteiro, no campo da sociologia. Como aspecto lateral, lembremos que os países que obtiveram a sua independência através de uma guerra subversiva falam muitas vezes de uma “Luta de Libertação”.

Depois, detenhamo-nos na afirmação redundante de que é uma luta conduzida no interior de um território. Era de calcular que assim fosse. Efectivamente, todas as lutas ou guerras terão forçosamente lugar no interior de um dado território, mais ou menos extenso. Não será mesmo possível que possam ter lugar “no exterior de um território” sem certamente caírem dentro de um outro, contíguo ou mais ou menos próximo...

Uma guerra pode conter várias batalhas, que podem ter lugar no ar, na terra e no mar, mas a condução de uma luta no “exterior de um território” determinará sempre que seja levada a cabo no interior de um outro território.

A definição começa a tornar-se mais clara e especificamente determinante quando declara quem são os contendores: uma parte dos (...) seus habitantes (do território) e as autoridades de direito ou de facto estabelecidas (no território).

O facto de habitantes que desencadeiam a luta poderem ser ajudados e reforçados, ou não, do exterior pode influenciar a conduta e determinar um êxito mais fácil, mas não será, por si só, condição de sucesso. É óbvio que, em princípio, o apoio exterior será um catalisador do êxito, especialmente na actual conjuntura, mas é possível encontrar na História, casos em que aquela ajuda e apoio foram pouco consistentes e a vontade da população acabou por se impor à das autoridades. Realçemos que o definidor não diz que é uma luta entre duas facções da população, nem entre dois exércitos.

Atentemos agora no objectivo da luta. Segundo a definição, as forças insurrectas têm como a finalidade (...) retirar o controlo desse território às autoridades de direito ou de facto constituídas ou, pelo menos, (...) paralisar a sua acção. Daqui podemos concluir que, por um lado a simples paralisia da acção das autoridades concede a vitória à subversão e, por outro, a derrota daquelas materializa-se inapelavelmente na perda de controlo do território, a favor da parte da população que conduziu a luta.

Ao termo “subversivo”, pouco utilizado até então, passou, a partir da altura em que a guerra teve início, a ser emprestado um significado pejorativo, mesmo ofensivo, que não corresponde ao seu

verdadeiro sentido. Efectivamente, este termo “não envolve, em si qualquer juízo ético ou moral<sup>2</sup>” e pode ser aplicado noutros contextos que não a guerra, como sejam a filosofia ou a arte, quando se pretende falar de uma alteração drástica com o que se vinha praticando ou uma contestação crítica (não obrigatoriamente pela negativa) às regras observadas do antecedente.

Sabemos também que a guerra subversiva traduz e representa sempre uma crise de legitimidade política no território em apreço<sup>3</sup>. Estamos, de facto, numa situação em que um grupo activo no interior da sociedade conseguiu – certamente apresentando razões lógicas e válidas – influenciar uma larga massa da população e levá-la a contestar as autoridades, em defesa dos seus interesses (antagónicos e inconciliáveis com os das autoridades), pelo menos, numa primeira fase. Esgotada a possibilidade de uma conciliação, é sabido que a luta prossegue, numa escalada de violência, cujo fim é, normalmente, favorável à subversão.

Analisada a definição de guerra subversiva, ainda hoje em vigor e com aplicação em alguns teatros de operações actuais, prossigamos na análise dos acontecimentos na Guiné, Angola e Moçambique, entre 1961 e 1974, tendo sempre como referência aquela definição.

Comecemos por recordar que uma guerra só surge quando há condições para tal e que, sucintamente, podemos dizer que essas condições decorrem de causas de ordem económica, social, religiosa ou político-ideológica e que só é possível fazer com que uma dada população aceite participar em acções bélicas, organizadas e constantes, se lhe for previamente criada a necessária disposição anímica (e até necessidade) para tal. Por outras palavras: há que criar uma certa agressividade, pelo menos num dos beligerantes que o leve a reconhecer o inimigo e a estar convicto de que a razão lhe assiste. É de excluir, à partida, a possibilidade de se desencadarem acções violentas só pelo facto de um dado país ou facção dispor de forças armadas de certa capacidade bélica.

Não é possível fazer surgir uma guerra do nada, quase por geração espontânea, como, muitas vezes nos querem fazer crer, com causas pouco claras, mas muito apregoadas, como sejam: a infiltração de elementos agitadores, as ameaças sobre a população que, assim, será obrigada a combater, o carisma dos chefes, variável, vago e momentâneo, etc.. Salientemos que os “agitadores” só têm conseguido actuar se explorarem o descontentamento (bem palpável) da população e que o carisma é algo indefinido, inexplicável, mas que todos parecem saber o que seja e como se manifesta...

## As guerras podem decretar-se, mas não se improvisam

É nossa opinião de que, no caso do ultramar português, o caldo de cultura para uma guerra subversiva vinha sendo criado há séculos. Efectivamente, a colonização europeia foi sempre feita mais na mira da exploração dos recursos locais, que tanto podiam ser matérias-primas ou pedras preciosas, madeiras ou produtos da terra, como “recursos humanos”, (leia-se escravos) do que com intuítos de expansão civilizacional. Era a mentalidade do tempo e Portugal não teria de fazer excepção. A História é eloquente na demonstração desta verdade e, mesmo a Igreja, a quem tocava a conquista de novas almas para a cristandade, salvo excepções, como a do Padre António Vieira, nunca se opôs fortemente à situação de exploração que se vivia nas colónias, nem teria condições para tal<sup>4</sup>.

Por outro lado, um país, como o nosso, pequeno e com pouca capacidade para se impor, não poderia ocupar grandes áreas do continente africano. Restava-lhe fixar-se em locais onde as condições de vida e de defesa fossem mais favoráveis, procurando relacionar-se de forma mais ou menos hábil com os habitantes das redondezas para obter vantagens comerciais. Foi o que sucedeu (por exemplo) em Angola, com a fundação de Luanda (em 1576), mesmo assim a ocorrer 92 anos após a chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire. De uma forma simplista, mas que traduz o que se passou, podemos dizer que

Vila de S. Paulo de Luanda.



Desenho de A. de Bar



Mesmo a acção repressiva de Teixeira Pinto foi conduzida com bastantes dificuldades e com baixas muito consideráveis

a Europa só acordou verdadeiramente para a África, por alturas da Conferência de Berlim (1884), quando retalhou aquele continente, através de convenções e com critérios aos quais só poderemos chamar discutíveis. E não se pode dizer que fosse cedo...

Só para se aquilatar da situação que se viveria nas colónias portuguesas em África, procuremos determinar por que seria que a Corte portuguesa, em 1807, não fugiu para Cabo Verde, Guiné, S. Tomé ou até Angola (cuja colonização efectiva só começou após a independência do Brasil) já que seriam territórios completamente fora do alcance de Napoleão. É notório que estas possessões ultramarinas, embora mais próximas de Lisboa, não eram destinos possíveis para uma Corte em fuga, acompanhada por alguns milhares de nobres, funcionários e “apoiantes”. A ocupação dos territórios africanos estaria numa fase de tal modo embrionária que a escassez de recursos locais e a insegurança levaram a que a possibilidade de a Corte ali se instalar nem sequer tivesse sido equacionada.

Fazendo o tempo avançar um pouco, recordemos que, só na Guiné, entre 1891 e 1912, tiveram lugar 11 sublevações populares, quase todas a distâncias relativamente curtas de Bissau, muitas das quais reprimidas com grande violência e nem sempre com os melhores resultados para as “forças da ordem”. Houve mesmo casos que se saldaram por derrotas muito pesadas, como foi o sucedido em 1891, na Ilha de Bissau (Região dos Papéis), e ocorrido em 1897, no Oio. Mesmo a acção repressiva de Teixeira Pinto, entre 1912 e 1915, a mais conhecida de todas, e a que parece ter sido mais eficaz, foi conduzida com bastantes dificuldades e com baixas muito consideráveis. Ter-se-á então verificado uma certa

acalmia nas relações entre as populações locais e as autoridades coloniais, mas data de 1931<sup>5</sup> uma revolta dos Papéis e Mancanhas em Bissau, que terá sido a última sublevação antes de Pidjiguiti (Agosto de 1959), esta tendo por pano de fundo um conflito laboral. Relativamente às outras nem sequer sabemos que causas tiveram.

Nas restantes possessões o ambiente seria certamente próximo do da Guiné. As populações locais nunca aceitaram bem o domínio das autoridades portuguesas e as relações entre os colonos chegados da Metrópole ou os seus descendentes e as populações autóctones nunca foram pacíficas. Na melhor das hipóteses, revestiam relações de trabalho que, por vezes, se aproximavam das relações de produção da Idade Média.

Procurando explorar o descontentamento das populações das colónias portuguesas, é também conhecida a acção das autoridades coloniais dos países limítrofes, no âmbito da aplicação das fronteiras da Conferência de Berlim que, quando a influência sub-reptícia não resultava, recorriam a acções de força a nível local ou à pressão diplomática, como sucedeu com o Ultimatum Britânico, no fundo um outro tipo de acção de força.

Está, portanto, claramente demonstrado que as colónias/províncias ultramarinas de Portugal viveram sempre um ambiente de instabilidade larvar que se manifestou noutras ocasiões e locais como em Batejá, (S. Tomé, Fevereiro de 1953). Esta última sublevação, também de raiz laboral e sem grandes possibilidades de êxito é o paradigma daquilo que vimos demonstrando: que a ocupação de África pelos Portugueses (e não só) não foi um fenómeno pacífico e bem aceite pelas populações locais, as quais,

mesmo em períodos de “paz social”, reprimiam sempre uma dose residual de descontentamento e antagonismo relativamente à administração colonial e a quem a praticava ou impunha.

Foi assim até ao final da II Guerra Mundial.

A partir daí, já é conhecido com precisão e não deixa margem para dúvidas o trajecto político da África até ao final dos anos 50 e início dos anos 60 do Séc. XX. Por razões já inventariadas, as populações das colónias espalhadas pela Ásia, África e Oceânia iniciaram um processo de contestação às respectivas administrações coloniais e as independências sucederam-se a um ritmo que rapidamente influenciou o sentido das votações do Assembleia Geral da ONU. Em África, num processo mais ou menos rápido e pacífico (a Argélia foi excepção, mas só durante algum tempo) a independência alastrou, de tal sorte que, apenas o Marrocos Espanhol e as colónias portuguesas não se tornaram independentes com uma administração exercida pelas populações locais. Curiosamente, os países que iam surgindo guardavam as fronteiras da Conferência de Berlim, talvez por não terem a sua identidade bem definida e não estarem em condições de o fazer, sem que isso provocasse um ambiente de guerra generalizado, sempre que os limites entre as áreas habitadas pelos diferentes grupos étnicos não coincidissem com as fronteiras impostas pela Conferência. Só a África do Sul, governada por uma administração com base na população branca minoritária e a Rodésia procuravam seguir um caminho oposto, com pouco êxito, como sabemos.

Neste ambiente internacional – quer consideremos apenas a África quer o mundo, na sua globalidade – a posição política da administração portuguesa era absolutamente insustentável. Se dúvidas houvesse, esta situação de insustentabilidade ficaria claramente demonstrada com a invasão de Goa, Damão e Diu (Dezembro de 1961), pela União Indiana, levada a cabo sem que comunidade internacional tivesse tomado qualquer atitude consequente antes da sua materialização. Claro que depois dela já não haveria qualquer campo político para que as forças invasoras retirassem e o território voltasse à posse de Portugal. Teria sido bom que as autoridades portuguesas tivessem tirado as devidas conclusões no que toca ao peso e influência do País na comunidade internacional.

No que respeita às três colónias inseridas na massa continental africana, havia ainda a considerar a existência do elemento catalisador (apoio externo) que era facilmente actuante e eficaz e, frequentemente, determinante nos êxitos da subversão.

Temos, portanto, três territórios africanos onde a paz social nunca foi um facto adquirido e a luta de



Observemos ainda, que a descontinuidade territorial que o país apresentava pesava fortemente na situação político-social de cada parcela

classes tinha todas as razões para proliferar, a serem atingidos pelas novas ideias separatistas e independentistas, em expansão, por todo o mundo. Se às condições enunciadas juntarmos o racismo, sempre pronto a emergir nas sociedades africanas, temos a mistura explosiva para o eclodir da insurreição. Lembremo-nos de que, se é um facto que a existência de condições nem sempre arrasta a ocorrência de uma sublevação, é verdade que as sublevações necessitam sempre de condições para eclodirem e progredirem.

Havia assim condições óptimas para que a subversão germinasse.

Observemos ainda, que a descontinuidade territorial que o país apresentava (entendendo-se Portugal como um todo constituído por vários

territórios dispersos pelo mundo, sob uma mesma administração) pesava fortemente na situação político-social de cada parcela. É esta descontinuidade territorial do país que permite a mobilização maciça e pouco contestada de um sempre crescente número de unidades militares, na Metrópole (onde o potencial humano era maior e as condições sociopolíticas o permitiam) lançadas, depois, nas colónias em apoio da política do governo. A descontinuidade territorial determinou também que, após o desencadear da luta, a diferente situação – militar e sociopolítica – nas parcelas atingidas pela subversão tenha assumido também rapidamente diferentes características em cada uma e mesmo em certas regiões de cada colónia/província.

A insurreição rebentou de forma muito violenta – selvática mesmo – e a resposta da administração central foi tão rápida e violenta quanto possível, naquele tempo. Se, inicialmente, os meios militares da subversão eram incipientes, a curto prazo, a utilização de todo o armamento ligeiro e pesado de Infantaria, por parte da guerrilha, permitiu uma melhor relação das forças em presença. De um lado grupos de cidadãos (camponeses-guerrilheiros), procurando bloquear a acção das autoridades constituídas, do outro as Forças Armadas Portuguesas, a procurar reverter a situação a favor daquelas. Mesmo salvaguardando as especificidades dos três teatros de operações é claro que, ao longo dos 13 anos que a guerra durou, a guerrilha foi sempre melhorando o seu potencial de combate, enquanto as Forças Armadas mantiveram o seu, mais ou menos imutável. Houve até casos de superioridade a favor da guerrilha – momentâneos ou mais duradouros, locais ou mesmo regionais – que se materializaram em situações muito delicadas, com perdas consideráveis para as Forças Armadas.

Passado o primeiro embate, é um facto que, talvez por razões económicas, nunca houve um esforço que levasse a que fosse possível recuperar a situação favorável do potencial relativo de combate das forças em presença, antes pelo contrário, como foi o caso da Guiné, onde a ameaça antiaérea obrigou a reduzir substancialmente o apoio aéreo que muitas vezes resolvia a situação táctica que se vivia no terreno e o "empréstimo" de artilharia de campanha por parte da República da Guiné ao PAIGC, permitiu criar uma situação de superioridade pontual na fronteira Sul.

Por outro lado, nunca houve uma grande passagem – brusca ou gradual – das populações do controlo da guerrilha para o das autoridades. E, numa "guerra" como esta, o que está em jogo é a população, (simultaneamente objectivo da luta e meio onde ela se desenrola) que é necessário cativar ou manter sob controlo autoconsentido e apoiante da administração.

É também certo que a reacção da administração colonial foi tardia e que se processou já com a 2.<sup>a</sup> fase da subversão muito avançada, à luz da doutrina que o Exército Português utilizava, o que comprometeu a possibilidade de uma vitória militar. Sabemos hoje que o governo português sempre subestimou as capacidades da parte contrária, num autoconvencimento por si mesmo forjado, que o impedia de reconhecer que havia razões, principalmente de carácter social e político, para o eclodir de movimentos sociais e de que a repressão destes já não resolveria todos problemas (como sucedera(?) no passado), antes pelo contrário.

Ao fim de treze anos de luta ou guerra – como se lhe queira chamar – a situação piorava e, no caso da Guiné, apresentava sinais preocupantes de desenlace muito dramático. A subversão foi capaz de isolar e pressionar duas posições de nível companhia, forçando ao abandono de uma e sendo contrabatida, com bastante dificuldade na outra, para além de ter conseguido sustentar uma ofensiva das Forças Portuguesas, realizada numa escala considerável, no Sul da província.

Não ignoremos que, se um colapso viesse a suceder na Guiné, seguir-se-ia, sem dúvida, um efeito de dominó que arrastaria, num período mais ou menos curto, a derrota militar em Angola e Moçambique, com consequências que hoje nem podemos imaginar, mas que, certamente seriam gravíssimas. Seria possível uma retirada de mais de 30.000 homens, acompanhados do respectivo material, sob pressão do inimigo e com uma linha de comunicações de 5.000 km (cinco dias por via marítima e quatro horas por via aérea), mesmo recorrendo a um apoio intermédio em Cabo Verde? Quais seriam as suas possíveis consequências? E depois de uma derrota na Guiné, como seria o cenário na Metrópole, em Angola e em Moçambique?

Há outros fenómenos a referir que têm que ver com a reacção da população da metrópole a uma guerra tão prolongada a sem resultados decisivos à vista. De começo, as unidades iam fortemente moralizadas e cada militar mobilizado aceitava a sua tarefa como imperativo patriótico. Porém, o aumento do número de unidades mobilizadas (que cresceu sempre até surgirem indícios de exaustão do potencial humano) dava a indicação de que o conflito não tinha resolução próxima e foi desgastando ânimo da população. Os militares regressados e desmobilizados foram exercendo um efeito negativo na mentalização dos que se lhes seguiram, como se dispersassem um vírus de desconfiança.

Por outro lado, os dirigentes políticos, marcados por desprestígio latente, não conseguiam fazer passar a mensagem da necessidade de manter a guerra



Foto: arquivo JE

A manobra de conquista do apoio da população não produziu efeitos decisivos que seriam necessários para anular as intenções da subversão

e a vida diária na Metrópole, com o seu funcionamento normal, mais inserido na Europa, onde o número de emigrantes não cessava de aumentar, levava a que os que regressavam não fossem recebidos como alguém que vem de fazer algo de válido e necessário, mas sim com uma indiferença que às vezes atingia o desprezo. A guerra tornou-se uma rotina, uma aborrecida rotina, um esforço que era obrigatório – que não necessário – fazer, embora já não se soubesse bem porquê. A delapidar de recursos financeiros numa altura em que a Europa se estava a lançar numa etapa de desenvolvimento, causava apreensão, mas o esforço económico e financeiro a que a guerra obrigava, não conduzia a uma superioridade clara das Forças Armadas sobre a guerrilha, embora as despesas com a guerra tenham atingido percentagens elevadas dos recursos financeiros do País.

O tempo trabalhou a favor da subversão, quando deveria ter sido utilizado a favor da contra-subversão.

Muito provavelmente não terá sido o tempo ou o uso que dele se fez que ditou o resultado neste aspecto, mas antes o falhanço completo em manter a mobilização inicial das retaguardas, demasiado distanciadas do teatro dos acontecimentos, quer se meça a distância real e física, quer se considere o seu sentir e a disposição anímico-ideológica para apoiar a guerra. Este falhanço verificou-se também nas Províncias Ultramarinas. Tanto nas que, pela sua maior extensão, permitiam um grande alheamento e até

desconfiança das populações dos grandes centros cosmopolitas, relativamente ao que sucedia nas zonas onde a guerrilha estava activa; como das populações daquelas áreas que, dia após dia e ano após ano, eram confrontadas com a subversão e obrigadas a viver com ela e não viam uma alteração clara da situação no sentido que as autoridades diziam pretender obtê-lo. Estes aspectos do problema reforçam a ideia da incapacidade do governo para mobilizar vontades para a sua causa. Esta incapacidade tendia a acentuar-se com tempo e só um milagre na política internacional poderia retirar as diversas formas de apoio exterior à guerrilha. Uma análise fria da realidade teria permitido tirar as devidas conclusões sobre as reais consequências do prolongamento de uma situação política que se tornava, cada vez, mais um marasmo.

Em resumo, podemos afirmar que a subversão – essencialmente uma forma de luta política e social – surgiu na África portuguesa quando tinha todas as condições políticas e sociais (que se vinham acumulando, há muito), para vingar e dispunha também de boas condições para se expandir, quer a nível local, quer a nível internacional. Deveria ter sido contrariada com oportunidade, o que exigiria prever (antecipadamente, com humildade e realismo), antes de prover (tarde e com grande sacrifício das pessoas e esforço económico-financeiro). Além disso, a violência utilizada contra a subversão revelou-se ineficaz para a contrariar, foi longa e a manobra de

conquista do apoio da população (a realizar em simultâneo) não produziu efeitos decisivos que seriam necessários para anular as intenções da subversão. A manobra de conquista e adesão das diferentes retaguardas nos diferentes territórios falhou e, por fim, o esforço económico-financeiro para manter a contra-subversão acabou por se tornar incomportável.

Do impossível estratégico – que sempre existiu, em última análise – caiu-se no impossível tático.

No primeiro dia de Verão de 2008. *JE*

\*O Coronel António José Pereira da Costa nasceu em 22 de Junho de 1947. Tem o Curso de Artilharia da Academia Militar, tendo ascendido ao actual posto em 1 de Dezembro de 1997.

Cumpriu duas comissões na Guiné: a primeira entre Janeiro de 1968 e Janeiro 1969; a segunda entre Maio de 1971 e Agosto de 1973. Foi delegado de Portugal no Grupo de Trabalho “FINABEL MIKE” nos anos de

1996 e 1997 e no *Army Sub-Group/NATO Training Group* durante o ano de 1996. É autor do livro “A Cidadela de Cascais – Pedras Homens e Armas”. É o Director da Biblioteca do Exército.

<sup>1</sup> *O Exército na Guerra Subversiva*, Tomo I – Generalidades, Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército, 28 de Fevereiro de 1963, O. E. N.º 2, 1.ª Série, pág. 63.

<sup>2</sup> Ver Couto, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia Apontamentos para um Curso*, Vol. 2, 6.ª Parte, pág. 212 e seguintes, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1989.

<sup>3</sup> Ver Couto, Abel Cabral, Obra já citada.

<sup>4</sup> Só a título de exemplo, no que à região da Guiné diz respeito, veja-se o *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde desde o rio Sanagá até aos Baixos de Sant’Ana & etc, pelo Capitão André Alves d’Almada, 1594, publicado em 1841, por Diogo Köpke capitão da 3.ª Secção do Exército e lente da Academia Polytechnica do Porto, Typographia Commercial Portuense, Largo de S. João Novo n.º 12, Porto.*

<sup>5</sup> Eventualmente ligada à Revolta da Madeira que teve lugar no mesmo ano.

**EXÉRCITO**

**UM DESAFIO  
UMA OPORTUNIDADE**

[www.exercito.pt](http://www.exercito.pt)  
[recrutamento@mail.exercito.pt](mailto:recrutamento@mail.exercito.pt)  
**800 20 12 74**  
**Chamada Gratuita**